

## ATA NÚMERO VINTE E QUATRO

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2018

Aos catorze dias do mês de setembro do ano dois mil e dezoito, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Alexandre Filipe Fernandes Lote, Bruno Henrique Figueiredo Costa e Rita Isabel Almeida Silva, Vereadores. Maria Joaquina Santos Fernandes Domingues, Vereadora, devidamente convocada para o efeito, encontrava-se ausente -----  
Secretariou a reunião Américo Oliveira Domingues, Chefe de Divisão de Administração Geral. -----  
Verificada a existência de quórum conforme o disposto no artigo 54.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deu-se início aos trabalhos pelas dez horas. -----

#### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Usou da palavra o Senhor Presidente para cumprimentar os Senhores Vereadores e os Chefes de Divisão Técnica Municipal e de Administração Geral. -----

O Senhor Presidente informou que esse era um dia muito complicado para todos, devido ao falecimento do funcionário João Furtado. -----

Informou que, por desconhecimento de protocolo, nunca tinha sido colocada a bandeira a meia haste aquando do falecimento de funcionários e por isso questionou qual a opinião dos presentes relativamente a esse assunto. Todos concordaram que a partir daquele dia, e sempre que falecesse um funcionário, a bandeira fosse colocada a meia haste. -----

Interveio a Senhora Vereadora Rita Silva informando que gostaria de fazer uma manifestação de pesar ao Senhor João. *“Foi com muita tristeza que tomou conhecimento do seu falecimento. Tinha partido um cidadão exemplar, um profissional competente, uma pessoa frontal, autêntica, sempre disponível cumprindo de forma dedicada as suas funções. Pelo seu percurso e exemplo de vida não queria deixar de manifestar à sua família as mais sentidas condolências e que lhe fosse transmitida esta manifestação de pesar. Que descanse em paz.”*

Usou da palavra o Senhor Presidente informando que, também a Câmara, iria enviar um voto de pesar. -----  
Informou ainda que, relativamente ao fecho dos CTT e depois de várias tentativas, nomeadamente com o Presidente do Conselho de Administração, o mesmo afirmou que a decisão era irreversível. A Câmara não irá meter-se em nenhum processo relacionado com a seleção do local para onde irão os correios uma vez que continua a defender que os mesmos não deviam ser fechados. Informou também que dia 18 iria estar presente

na cerimónia de assinatura de protocolos entre as Administrações Regionais de Saúde e os Municípios, no âmbito do Programa "Saúde Oral Para Todos". -----

Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente informando que se tinha iniciado o ano escolar e que até ao momento estava tudo a correr dentro da normalidade. Reforçou as palavras da Senhora Vereadora Rita Silva e do Senhor Presidente relativamente ao falecimento do Senhor João porque, de facto, perderam um cidadão e um funcionário exemplar. -----

Interveio o Senhor Vereador Bruno Costa para, também ele, deixar os seus sentimentos à família do Senhor João, sendo que era um momento bastante triste para todos. -----

Informou ainda sobre o ponto de situação da limpeza das fossas sépticas, tendo sido limpas até ao momento as seguintes: Muxagata, Sobral Pichorro, Mata e Ramirão. Também informou que a campanha da água, apoiada pelo Fundo Ambiental, estava a decorrer dentro do planeado. Realçou que o Município de Fornos de Algodres, com a presente campanha, estava no caminho certo e com a estratégia de educação ambiental certa e que, para reforçar esta afirmação, frisou as palavras que o Santo Papa, Francisco, deixou ao mundo, no dia 1 de setembro, onde alertou para a necessidade do acesso à água potável a todos. Também no passado dia 10 de setembro, o Secretario Geral das Nações Unidas, António Guterres, deixou uma mensagem da obrigatoriedade das forças políticas agirem contra as mudanças climáticas de modo a evitarem consequências desastrosas. No dia 11 de setembro, o Senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, reforçou ao país a mesma mensagem. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente questionando se os Chefes de Divisão queriam intervir relativamente ao falecimento do funcionário do Município, tendo o Chefe de Divisão Técnica Municipal deixado os pêsames a toda a família e agradecer ao Senhor João todo o empenho e todo o ser que sempre foi durante todos os anos que trabalhou consigo sendo um funcionário dedicado, responsável e respeitador. O Chefe de Divisão de Administração Geral estendeu as suas palavras às do executivo e deixou o seu voto de pesar. -----

Interveio a Senhora Vereadora Rita Silva informando que teria uma declaração a fazer à Câmara, mas como esse dia era um dia de pesar iria fazê-la na próxima reunião porque nada se sobrepunha à tristeza que estava a viver pessoalmente uma vez que o Senhor João era um amigo de família. -----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

#### **1 - APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DE 3 E 17 DE AGOSTO DE 2018 E DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 6 DE AGOSTO DE 2018 -----**

O Senhor Presidente, após leitura das atas propôs a sua aprovação. -----

Relativamente às atas das reuniões ordinárias de 3 e 17 de agosto, e da ata da reunião extraordinária de 6 de agosto de 2018, a Senhora Vereadora Rita Silva informou que iria votar contra, conforme declarações de voto apresentadas e que se dão aqui como transcritas: -----

*"Declaração de Voto Contra a Ata de 3 de agosto de 2018 -----*

*1 - Após leitura da Ata, verifiquei várias não conformidades, no período antes da ordem do dia que passo a enumerar: -----*

*Antes de se iniciar a reunião e como tinha recebido a convocatória da reunião extraordinária de 06 de agosto de 2018 e por nesse dia, ter uma consulta médica já adiada a 21 de junho de 2018 devido também a uma reunião extraordinária, solicitei alteração do horário da reunião de Câmara, ao que todos concordaram, e da qual agradeci. -----*

*2 - Referi também que tinha ficado com algumas dúvidas na última reunião, uma vez que o Senhor Presidente informou que o parecer da ARS estaria a inviabilizar a candidatura da Escola de Figueiró da Granja. Intiveio o Sr. Eng.º Paulo afirmando que apenas houve alterações à escadaria e por isso terá de vir à reunião de câmara a referida alteração. Referiu ainda que, houve efetivamente atrasos relativamente ao parecer da ANPC e que está sanado. -----*

*3 - No seguimento do pedido de 27 de abril de 2018, em que solicitei qual "a despesa e Receita da Feira do queijo, nomeadamente pedidos de Cabimento, compromisso e procedimentos de contratação. Solicito também a receita arrecadada do evento, por cliente e/ou beneficiário nomeadamente os pagamentos das entidades participante no evento e demais receita", autorizado a 25 de maio de 2018, a consulta, solicitei ao chefe da DAG, os elementos que necessito, uma vez que não pretendo realizar qualquer consulta. Assim e depois de vários pedidos ao chefe da DAG dos elementos que necessito ao que ele me respondia que iria entregar e o que não sucedeu. Assim a 19 de Junho de 2018, solicito pedido onde e por agilidade de tarefas, anexo quadro com os elementos que efetivamente necessitava. Uma vez que não obtive resposta e a 25 e 31 de julho de 2018 reiterei pedido que me foi recusado a 31 de Julho com a seguinte justificação "Atendendo à reunião de Câmara e após leitura da ata, a autorização que tenho é de consulta dos documentos na secção de contabilidade". -----*

*4 - Fiz leitura do ofício em voz alto onde solicito esclarecimentos ao abrigo do direito de informação nos termos da lei 24/98 de 26 de maio, que se dá aqui como transcrito: -----*

*Rita Isabel Almeida Silva, vereadora em regime de não permanência, cumprindo para o efeito o Estatuto dos Eleitos Locais, vem por este meio reiterar pedidos não satisfeitos: -----*

<b>Pedidos</b>	<b>Data do Pedido</b>	<b>Estado</b>
<i>Não tive conhecimento do primeiro e segundo desembolso do</i>	<i>19 de abril de</i>	<i>Sem Resposta</i>

<i>FAM que ocorreram em 15/05/2017 e 29/12/2017 respectivamente. Assim gostaria que me informasse como foi solicitado o desembolso do montante relativo ao processo Judicial n. 531/14.5 BECTB. Quais os elementos que remeteram para que este fosse desembolsado.</i>	2018	
<i>“Recuperação da Escola Primária de Fornos de Algodres”, solicito que me seja disponibilizado o auto de medição o auto de medição 1, fatura, ordem de pagamento e recibo a existir.</i>	13 de abril de 2018	<i>Apenas me foi entregue o processo de contratação, solicito a totalidade da informação</i>
<i>Na alteração orçamental de 21 de junho de 2018 em água e saneamento houve um acréscimo significativo de 118.000€, para vários projetos, quais?</i>	21 de junho de 2018	<i>Sem Resposta</i>
<i>Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção, Programa de Requalificação de Fossas do Concelho vão ser alvo de intervenção, que se encontram orçamentadas para 2018</i>	21 de junho de 2018	<i>Sem Resposta</i>
<i>Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção do Programa de Ampliação e Requalificação de Redes de Drenagem Residual Doméstica / Esgotos, que se encontram orçamentadas para 2018</i>	21 de junho de 2018	<i>Sem Resposta</i>
<i>Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção relativa ao Plano de Manutenção de Espaços Públicos</i>	21 de junho de 2018	<i>Sem Resposta</i>
<i>Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção relativa ao Plano de Manutenção de Caminhos e Estradas</i>	21 de junho de 2018	<i>Sem Resposta</i>

Solicito ainda que sejam satisfeitos os pedidos abaixo mencionados: -----

1 - No seguimento do pedido de 27 de abril de 2018, em que solicito qual “a despesa e Receita da Feira do queijo, nomeadamente pedidos de Cabimento, compromisso e procedimentos de contratação. Solicito também a receita arrecadada do evento, por cliente e/ou beneficiário nomeadamente os pagamentos das entidades participante no evento e demais receita”, autorizado a 25 de maio de 2018, a consulta, solicitei ao chefe da DAG, os elementos que necessito, uma vez que não pretendo realizar qualquer consulta. Assim e no meu pedido ao chefe da DAG, e por uma questão de agilidade e tarefas, anexei um quadro em excel (que anexo), com os elementos que efetivamente necessito, o qual me foram recusados no dia 31 de julho de 2018. Assim solicito, que me sejam facultados os elementos constantes no documento que anexo, sendo parte integrante deste ofício; -----

2 - A execução orçamental do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), acumulado até ao dia 31/06/2018. A fim de dar uma imagem clara e apropriada da referida execução, esta listagem deverá conter as seguintes informações: -----

- a designação do projecto, -----

- o valor previsto, -----

- o valor cabimentado e comprometido, -----

- valor pago -----

- e o nível de execução -----

3 - Em virtude não ter tido conhecimento do primeiro e segundo desembolso do FAM nem dos restantes. Gostaria que me fossem facultados cópias dos elementos parte integrante dos processos remetidos ao FAM, que a seguir elenco, para que este procedesse ao desembolso do montante relativo aos processos Judiciais n. 340/14.1BECTB, 347/14.9BECTB, 346/14.0BECTB, 349/14.5BECTB, 348/14.7BECTB, 345/14.2BECTB, 351/14.7BECTB, 350/14.9BECTB, 339/14.8BECTB, 344/14.4BECTB, 341/14.0BECTB, 342/14.8BECTB, 343/14.6BECTB - relativo à empresa Lopes & Irmão e processo judicial n.º 99/15.5BECTB relativa à empresa Andrades, Lda...: -----

- Todos os elementos que remeteram na instrução do processo; -----

- Guias de receitas, relativas às transferências do FAM -----

- E caso os empreiteiros já tiverem recebido, solicito também a ordem de pagamento e demais documentação apensa. -----

4 - Na passada reunião de Câmara afirmou que o Dr. José Miranda tinha colocado um processo junto do TAF de Castelo Branco, no sentido de lhe ser pago um valor de cerca de 13.000,00€ relativo a honorários do seu advogado e que a Câmara iria contrapor. Contudo, até já tinha diligenciado junto da Ordem dos Advogados um laudo para que esta se pronunciasse, se efetivamente o valor cobrado pelo advogado era real. Assim, gostaria de ter acesso ao laudo da Ordem dos Advogados, a que se referiu o Sr. Presidente, bem como a todo o processo remetido a essa Ordem e ainda à contestação do Dr. Oliveira junto do TAF; -----

5 - Solicito memorando referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado impacte financeiro que têm para o município e questiono também se a Câmara já se constituiu assistente, no âmbito das queixas crime de 2015 e 2017. -----

Isto foi o que na realidade se passou e para que conste a verdade apresento esta declaração de voto que explica os fundamentos do meu voto contra esta ata. -----

Fornos de Algodres, 14 de setembro de 2018 -----

A Vereadora -----

(Rita Isabel Almeida Silva) -----

"Declaração de Voto Contra a Ata de 17 de agosto de 2018 -----

Após leitura da Ata, verifiquei várias não conformidades, no período antes da ordem do dia que passo a enumerar: -----

Fiz leitura do ofício em voz alto onde solicito esclarecimentos ao abrigo do direito de informação nos termos da lei 24/98 de 26 de maio, que se dá aqui como transcrito: -----

Rita Isabel Almeida Silva, vereadora em regime de não permanência, cumprindo para o efeito o Estatuto dos Eleitos Locais, vem por este meio reiterar, o pedido de emissão da reprodução ou da certidão consoante o caso, dos pedidos não satisfeitos: -----

<b>Pedidos</b>	<b>Data do Pedido</b>	<b>Estado</b>
Não tive conhecimento do primeiro e segundo desembolso do FAM que ocorreram em 15/05/2017 e 29/12/2017 respectivamente. Assim gostaria que me informasse como foi solicitado o desembolso do montante relativo ao processo Judicial n. 531/14.5 BECTB. Quais os elementos que remeteram para que este fosse desembolsado.	19 de abril de 2018	Sem Resposta
"Recuperação da Escola Primária de Fornos de Algodres", solicito que me seja disponibilizado o auto de medição o auto de medição 1, fatura, ordem de pagamento e recibo a existir.	13 de abril de 2018	Apenas me foi entregue o processo de contratação, solicito a totalidade da informação
Na alteração orçamental de 21 de junho de 2018 em água e saneamento houve um acréscimo significativo de 118.000€, para vários projetos, quais?	21 de junho de 2018	Sem Resposta
Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção, Programa de Requalificação de Fossas do Concelho vão ser alvo de intervenção, que se encontram orçamentadas para 2018	21 de junho de 2018	Sem Resposta
Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção do Programa de Ampliação e Requalificação de Redes de Drenagem Residual Doméstica/Esgotos, que se encontram orçamentadas para 2018	21 de junho de 2018	Sem Resposta
Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção relativa ao Plano de Manutenção de Espaços Públicos	21 de junho de 2018	Sem Resposta
Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção	21 de junho de 2018	Sem Resposta

<p><i>relativa ao Plano de Manutenção de Caminhos e Estradas</i></p>	<p>2018</p>	
<p><i>No seguimento do pedido de 27 de abril de 2018, em que solicito qual “a despesa e Receita da Feira do queijo, nomeadamente pedidos de Cabimento, compromisso e procedimentos de contratação. Solicito também a receita arrecadada do evento, por cliente e/ou beneficiário nomeadamente os pagamentos das entidades participante no evento e demais receita”, autorizado a 25 de maio de 2018, a consulta, solicitei ao chefe da DAG, os elementos que necessito, uma vez que não pretendo realizar qualquer consulta. Assim e no meu pedido ao chefe da DAG, e por uma questão de agilidade e tarefas, anexei um quadro em excel (que anexo), com os elementos que efetivamente necessito, o qual me foram recusados no dia 31 de julho de 2018. Assim solicito, que me sejam facultados os elementos constantes no documento que anexo, sendo parte integrante deste officio;</i></p>	<p>27 de abril de 2018 e 3 de agosto de 2018</p>	<p>Sem Resposta</p>
<p><i>A execução orçamental do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), acumulado até ao dia 31/06/2018. A fim de dar uma imagem clara e apropriada da referida execução, esta listagem deverá conter as seguintes informações:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A designação do projecto,</li> <li>- O valor previsto,</li> <li>- O valor cabimentado e comprometido,</li> <li>- valor pago e o nível de execução</li> <li>- O valor cabimentado e comprometido,</li> </ul> <p><i>Valor pago e o nível de execução.</i></p>	<p>3 de agosto de 2018</p>	<p>Sem Resposta</p>
<p><i>Em virtude não ter tido conhecimento do primeiro e segundo desembolso do FAM nem dos restantes. Gostaria que me fossem facultados cópias dos elementos parte integrante dos processos remetidos ao FAM, que a seguir elenco, para que este procedesse ao desembolso do montante relativo aos processos Judiciais n. 340/14.1BECTB, 347/14.9BECTB, 346/14.0BECTB, 349/14.5BECTB, 348/14.7BECTB, 345/14.2BECTB, 351/14.7BECTB, 350/14.9BECTB,</i></p>	<p>3 de agosto de 2018</p>	<p>Sem Resposta</p>

<p>339/14.8BECTB, 344/14.4BECTB, 341/14.0BECTB, 342/14.8BECTB, 343/14.6BECTB - relativo à empresa Lopes &amp; Irmão e processo judicial n.º 99/15.5BECTB relativa à empresa Andrades, Lda...:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Todos os elementos que remeteram na instrução do processo;</li> <li>- Guias de receitas, relativas às transferências do FAM</li> <li>- E caso os empreiteiros já tiverem recebido, solicito também a ordem de pagamento e demais documentação apensa.</li> </ul>		
<p>Na passada reunião de Câmara afirmou que o Dr. José Miranda tinha colocado um processo junto do TAF de Castelo Branco, no sentido de lhe ser pago um valor de cerca de 13.000,00€ relativo a honorários do seu advogado e que a Câmara iria contrapor. Contudo, até já tinha diligenciado junto da Ordem dos Advogados um laudo para que esta se pronunciasse, se efetivamente o valor cobrado pelo advogado era real. Assim, gostaria de ter acesso ao laudo da Ordem dos Advogados, a que se referiu o Sr. Presidente, bem como a todo o processo remetido a essa Ordem e ainda à contestação do Dr. Oliveira junto do TAF;</p>	<p>3 de agosto de 2018</p>	<p>Sem Resposta</p>
<p>Solicito memorando referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado impacte financeiro que têm para o município e questiono também se a Câmara já se constituiu assistente, no âmbito das queixas crime de 2015 e 2017.</p>	<p>3 de agosto de 2018</p>	<p>Sem Resposta</p>

Solicito ainda que sejam satisfeitos os pedidos abaixo mencionados, com recurso à emissão da reprodução: -----

1 - Cópia da troca de Correspondência relativamente aos pareceres, ou seja, cópia do ofício enviado à CCDRC onde o Sr. Presidente solicita informação sobre a adequabilidade dos documentos parte integrante das declarações de voto por mim realizadas uma vez que na minha opinião tratam-se efetivamente de declarações de voto e não qualquer outro documento de suporte à discussão; -----

2 - Apontar as razões da não existência de consulta pública do Regulamento para concessão de Apoios a alunos do Pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, aprovado em Assembleia Municipal no dia 13 de agosto de 2018; -----



3 - Tendo condenação do Município da dívida do Boletto & Pinto, Lda, onde resultou da sentença “Esses trabalhos foram requisitados pelo então Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres” entre 15-12-2009 e 15-01-2012 e nas restantes dívidas já objeto de acordo também resulta dos mesmos acordos tal facto, qual a legitimidade, a possibilidade da Câmara Municipal de Fornos de Algodres instaurar ações de regresso contra o “então Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres” pelo montante pago pelo Município, uma vez que violaram todos os procedimentos de contratação pública. -----

Como o então Presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, é solidariamente responsável gostaria de questionar o Dr. Oliveira solicitando parecer para o efeito, onde deve ser mencionado: -----

1 - O porquê deste não ser parte no processo e sim testemunha; -----

2 - Da pertinência; -----

3 - Da legitimidade; -----

4 - Dos prós e contras da instauração de ação de regresso; -----

5 - E qual a viabilidade jurídica. -----

Isto foi o que na realidade se passou e para que conste a verdade apresento esta declaração de voto que explica os fundamentos do meu voto contra esta ata. -----

Fornos de Algodres, 14 de setembro de 2018 -----

A Vereadora -----

(Rita Isabel Almeida Silva) -----

“Declaração de Voto Contra a Ata de 6 de agosto de 2018 -----

Após leitura da Ata, verifiquei várias não conformidades, relativas ao **Ponto 6 - Proposta de Alteração Orçamental n.º 4/2018** e **Ponto 7 - Proposta de Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI) n.º 4/2018** que foram discutidos conjuntamente e que passo a enumerar: -----

1 - Aquando da apresentação destes dois pontos, o senhor Presidente interveio referindo-se à necessidade de proceder à alteração orçamental n.º 4/2018, uma vez que chegando a esta altura do ano se tinha verificado em algumas das rubricas aqui apresentadas, estariam mal programadas e necessitavam de ser revistas. Verificou-se também, um aumento substancial da fatura da luz, da qual iria pedir esclarecimentos à EDP já que lhe suscita dúvidas e nesse sentido irá reunir a fim de perceber o que se passou. -----

2 - O senhor Presidente referiu ainda que, na rubrica conservação de bens, há um ligeiro acréscimo devido a reparações. Assim informou da existência de duas retroescavadoras que nesta data, estão com orçamentos de reparação bastante elevados e estamos a pensar adquirir novas máquinas uma vez que o custo com as reparações de máquinas desta natureza é em demasia. -----

3 - Por sua vez o Senhor Presidente passou a palavra ao Chefe de Divisão, para explicar a derrapagem na rubrica refeições confeccionadas. Este afirmou que esta derrapagem de deveu ao pagamento das refeições em dezembro de 2017 terem sido pagas em janeiro de 2018. -----

4 - O senhor Presidente informou ainda que aqui também estão refletidos os juros da dívida da empresa Boleto & Pinto Lda, o reforço para pagamento às Finanças da cobrança de impostos, valor este associado à variação de valor no que diz respeito à cobrança propriamente dita. -----

Na minha intervenção e no que toca a esta matéria, solicitei informação sobre algumas rubricas sujeitas a alteração orçamental que a seguir enumero: -----

**Pergunta 1** - -----

Relativamente às alterações na rubrica de ação social, houve reduções significativas nomeadamente no Programa Municipal de Emergência Social e Comissão Municipal de Apoio ao Idoso, entre outras, o que se passou? -----

**Resposta 1** - -----

No que toca ao Programa Municipal de Emergência Social, O Dr. Alexandre Lote interveio referindo que estas alterações têm a ver com o número de pedidos que foram recebidos, isso foi uma estimativa e nós pensámos que podia ser aumentado o valor, mas até à data não se tem verificado. Se for necessário reforçar trazemos novamente uma alteração. -----

No que toca à Comissão Municipal de Apoio ao Idoso, O Dr. Alexandre Lote interveio referindo que esta funciona no âmbito do CLAS, ou seja, foi criada, no CLAS. Esta comissão está integrada no CLAS. Está previsto que seja uma Comissão da Câmara que neste momento não é. Então deixa de haver necessidade de qualquer tipo de transferência, uma vez que não é da Câmara. -----

O Senhor Vereador Alexandre Lote afirmou ainda que, a Comissão não está, nem vai estar constituída este ano de 2018 apenas o será no ano de 2019, e em princípio o remanescente que resta em rubrica não vai ser executado. -----

Referiu também que, as reduções em seguros dizem respeito à Comissão Municipal de Apoio ao Idoso, e como não vai ser criada, faz todo sentido que esta rubrica também diminua. -----

**Pergunta 2** - -----

Em relação à rubrica "Crescer em Fornos é fixe", o que têm a dizer em relação às reduções? -----

**Resposta 2** - -----

No que toca à rubrica "Crescer em Fornos é fixe", o Dr. Alexandre Lote referiu que as reduções estão associadas ao Dia Mundial da Criança. Eventualmente poderá haver alguns custos/despesa associados à convenção anual dos direitos da criança, em novembro, pelo que o remanescente se prevê que aí seja aplicado. Questionei se tinha nenhum valor base dos custos associados a um evento desta natureza, por exemplo o valor base do ano anterior, ao que o Senhor Vereador respondeu que não. -----

**Pergunta 3** - -----

A Unidade Móvel de Saúde ia ser adquirida? -----

**Resposta 3** - -----

Interveio o Senhor Presidente referindo que o projeto não se vai realizar, porque a ARSC não concorda com o projeto. É uma Candidatura transversal à CIM. A CIM fez a candidatura e foi chumbada. Quando a candidatura foi desenhada, era uma Unidade Móvel de Saúde por cada Município, a partir de uma certa altura eram 9 unidades moveis de saúde para 15 Municípios e na parte final só já havia 7. -----

A Câmara Municipal de Fornos de Algodres votou contra a continuidade deste projeto, entendendo que não é exequível 6 ou 7 viaturas para cobrir um território tão vasto. A maioria votou a favor, contudo a candidatura foi reprovada, estando em fase de pedidos de novos pareceres junto da ARSC Centro, não estiver de acordo com este projeto, este não é exequível. -----

Questionei o Sr. Presidente se a candidatura ainda é para ser feita este ano, ao que respondeu afirmativamente, e questionei porque não passou nenhum valor para não definido, uma vez que em sede de candidatura terá de constar. O senhor presidente afirmou que este não vai ser executado este ano e por isso não está em orçamento e há uma posição política sua, se verificar que este projeto não traz nenhuma vantagem/não for favorável, tem o direito a Câmara Municipal em decidir acerca da sua não realização e que seja autonomizado, uma vez que o dinheiro é nosso faremos uma outra candidatura na área da saúde. -----

**Pergunta 4** - -----

Em relação ao Plano Municipal de diminuição dos Comportamentos de Risco, o que tem a informar face alteração apresentada? -----

**Resposta 4** - -----

O senhor Vereador Alexandre Lote referiu que já não ia ser executado. -----

**Pergunta 5** - -----

Em relação ao Projeto de Envelhecimento Ativo e Saudável, prevêem-se menos atividades? É que é uma redução significativa, que tem a informar face alteração apresentada? -----

**Resposta 5** - -----

O senhor Vereador Alexandre Lote respondeu que a dotação do Plano municipal de atividades desportivas seria suficiente para acomodar essa despesa. -----

**Pergunta 6** - -----

Em relação à carta educativa, uma vez que se trata de um instrumento muito importante e inclusivamente há o compromisso da sua realização, e já que se verifica uma redução significativa, o que tem a informar face alteração apresentada? Não vão fazer a carta educativa? -----

**Resposta 6** - -----

O senhor Vereador Alexandre Lote interveio referindo que todos os anos através do CLAS é feita a atualização do Plano de Desenvolvimento Social, onde se faz a atualização da carta educativa, os dados vertem para esse plano e fazemos atualização. -----

Eu, referi ao senhor Vereador Alexandre Lote, que como ele tão bem sabe a carta educativa nada tem a ver com o Plano de Desenvolvimento Social, que o senhor se está a referir. -----

*Intervi novamente no sentido de questionar se iria ou não ser realizada a carta educativa, ao que o senhor Vereador Alexandre Lote referiu, que apenas seriam atualizados dados no Plano de Desenvolvimento Social. ---*

**Pergunta 7 -** -----

*O Plano Municipal de Educação também não vai ser feito? -----*

**Resposta 7 -** -----

*O senhor Vereador Alexandre Lote interveio referindo que, enquanto não tiver sido constituído o Conselho de Educação este não irá ser realizado. -----*

**Pergunta 8 -** -----

*A cidade amiga das crianças houve uma redução, porquê? -----*

**Resposta 8 -** -----

*O senhor Vereador Alexandre Lote interveio referindo que, nesta rúbrica houve uma redução, porque não vamos executar. -----*

**Pergunta 9 -** -----

*Programa Modernizar para Facilitar, especificamente o programa gestão pela qualidade há uma redução de 5.000,00€, o que representa que estes 3 meses o custo mensal é de 1.250,00€, ao invés de 833,33€/mês, proposto no orçamento inicial de dezembro 2017, e que o senhor Presidente afirmou na altura que era muito elevado. Como se verifica houve um acréscimo em relação ao inicial. Podem esclarecer? -----*

**Resposta 9 -** -----

*O Senhor Presidente e o senhor Vereador afirmaram que este era o valor previsto no orçamento até final do ano. -----*

**Pergunta 10 -** -----

*A newsletter municipal houve uma redução, porquê? -----*

**Resposta 10 -** -----

*O senhor Vereador Alexandre Lote interveio referindo que, a newsletter municipal, consegue-se realizar até ao final do ano com o valor de 1.000,00€. -----*

**Pergunta 11 -** -----

*Houve reforço de hardware, porquê? -----*

**Resposta 11 -** -----

*O chefe de divisão de administração geral interveio, referindo-se à necessidade de aquisição de um computador. -----*

**Pergunta 12 -** -----

*Em relação ao Plano de Formação para os Colaboradores há uma redução de 2.000,00€, porquê? -----*

**Resposta 12 -** -----

*O Senhor Presidente respondeu que achava que este era o valor necessário até final do ano. -----*

Referi que ia intervir em causa própria, já que solicitei formação e uma foi-me recusada e outra até à data não foi autorizada, -----

Referi que reduzirem o valor em formação, é um contrassenso. Ao que o senhor Vereador Alexandre Lote interveio referindo que é um contrassenso não votar e puxar o assunto para a reunião, ao que referi que estava a analisar este documento especificamente e tenho o direito de dar a minha opinião nesta proposta de alteração. Esta pode ser a sua opinião, mas eu não me retrato nela. -----

**Pergunta 13** - -----

Em relação ao Plano de Fardamento, vão desistir dele? -----

**Resposta 13** - -----

O senhor Vereador Alexandre Lote interveio referindo que é o valor que se considera suficiente até ao final do ano. -----

**Pergunta 14** - -----

Em relação ao Plano de Manutenção de Espaços Públicos, Plano de Manutenção de Caminhos e Estradas houve uma redução e eu desde o dia 21 de Junho de 2018 venho reiteradamente pedir Listagem dos locais, bem como a tipologia de intervenção que se encontram orçamentadas para 2018, para assim perceber onde houve redução, ou seja quais as obras que irão realizar e não realizar e como faltam essas listagens e são informações importantes de suporte à decisão, não estão fornecidas nesta reunião pelo que quero que fique registado em ata. -----

**Resposta 14** - -----

O senhor Presidente interveio que esse era o entendimento da Doutora Rita e não o seu e que os documentos de suporte à decisão eram os apresentados. Ao que respondi que era a sua opinião e não a minha. -----

**Pergunta 15** - -----

Em relação à Cultura, Desporto e Juventude, também há reduções porquê? -----

**Resposta 16** - -----

O senhor Vereador Alexandre Lote interveio referindo que é o que vamos gastar até ao final do ano, foi o que referiu o senhor Presidente. -----

Para terminar, referi ainda que na minha opinião a redução feita em acção social, era em demasia face a outras rubricas, ao que o Chefe de Divisão da DAG me respondeu que esta seria opção do executivo. -----

Isto foi o que na realidade se passou e para que conste a verdade apresento esta declaração de voto que explica os fundamentos do meu voto contra esta ata. -----

Fornos de Algodres, 14 de setembro de 2018 -----

A Vereadora -----

(Rita Isabel Almeida Silva)" -----

Interveio o Senhor Vereador Bruno Costa, após pedir a palavra ao Senhor Presidente, afirmando que cada um dos elementos presente na sala tinha a sua capacidade e metodologias de trabalho. No entanto, de acordo com

declarações apresentadas tão minuciosas, pormenorizadas e detalhadas, o Senhor Vereador Bruno Costa questionou se algum dos presentes estava a gravar as reuniões, visto que, de acordo com a sua opinião, era praticamente impossível decorar ou tirar notas com tantos detalhes. -----

Usou da palavra a Senhora Vereadora Rita Silva afirmando que, normalmente, trazia tudo escrito para as reuniões. De seguida questionou o Senhor Vereador Bruno Costa, se estaria a insinuar que a afirmação feita por ele se referia a ela. O Senhor Vereador respondeu que não. -----

O Senhor Presidente reforçou que a afirmação do Senhor Vereador Bruno Costa tinha sido genérica, para todos os presentes, pelo que não entendia a questão da Senhora Vereadora. -----

***A Câmara deliberou aprovar por maioria as atas das reuniões ordinárias de 3 e 17 de agosto, e a ata da reunião extraordinária de 6 de agosto com o voto contra da Senhora Vereadora Rita Isabel Almeida Silva, conforme declarações de voto apresentadas -----***

## **2 - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO**

Nos termos da Constituição da República Portuguesa é reconhecido às minorias o direito de oposição democrática. -----

Os partidos políticos designados por eleição direta relativamente aos correspondentes executivos de que não façam parte gozam, designadamente, do direito de serem informados regular e diretamente sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público. -----

A Lei n.º 24/98, de 26 de maio aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, assegurando às minorias a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas das autarquias locais no caso concreto das Autarquias, aos respetivos Órgãos Executivos. -----

O presente Estatuto confere aos titulares do Direito de Oposição nas autarquias locais: -----

a) O direito de serem informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o curso dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade; -----

b) O direito de serem ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade; -----

c) O direito de se pronunciar e intervir pelos meios constitucionais e legais sobre quaisquer questões de interesse público relevante, bem como o direito de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem. -----

d) O direito de, através de representantes por si livremente designados, depor perante quaisquer comissões constituídas para a realização de livros brancos, relatórios, inquéritos, inspeções, sindicâncias ou outras formas de averiguação de factos sobre matérias de relevante interesse nacional, regional ou local. -----

Nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, os órgãos executivos das autarquias locais devem elaborar, até ao fim de março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de

observância do respeito pelos direitos e garantias constantes na Lei n.º 24/98, de 26 de maio, os quais deverão ser enviados aos titulares do Direito de Oposição a fim de que sobre eles se pronunciem. Os referidos relatórios são publicados no sítio oficial do Município de Fornos de Algodres ([www.cm-fornosdealgodres.pt](http://www.cm-fornosdealgodres.pt)). -----

O Senhor Presidente propôs a sua aprovação. -----

Interveio a Senhora Vereadora Rita Silva informando que iria votar contra, conforme declaração de voto que se dá aqui como transcrita: -----

*“Declaração de Voto Contra -----*

*Estatuto do Direito de Oposição -----*

*Com a convocatória da presente reunião, tomei conhecimento que fazia parte da ordem do dia a proposta de discussão e votação o Estatuto do Direito de Oposição. -----*

*Assim invoco infra as razões justificativas da minha votação: -----*

*1 - Nos termos do artigo 10.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, os órgãos executivos das autarquias locais devem elaborar, até ao fim de março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes na Lei n.º 24/98, de 26 de maio, o que não se verificou. -----*

*2 - Fiz um pedido ao chefe de Divisão de Administração Geral, logo após aprovação do orçamento 2018, e uma vez que não estive presente, e tendo verificado que, na sua página 14, constaria aumento de abonos variáveis de 28.917,00€, resultado de homologação pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco do acordo referente ao processo n.º 531/14.5BECTB, pelo que e em virtude de desconhecer o conteúdo do referido acordo, solicitei em 22 de dezembro de 2017, ao Chefe de Divisão Administração Geral - Dr. Américo Domingos, o mesmo bem como a respetiva homologação. O Chefe da DAG informou, após reunião conjunta com o Sr. Presidente, ele houvera proibido (reforço proibido) de me dar conhecimento e facultar os elementos solicitados, conforme podemos verificar nas páginas seguintes. -----*

*Face ao exposto tenho a informar quer foi feita uma violação clara ao direito de informação, uma vez que ao esconder e proibir que sejam facultados documentos sobre as decisões que toma, viola claramente o direito que eu tenho de ser informada regular e directamente sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público. -----*

*Isto foi o que na realidade se tem verificou e para que conste a verdade apresento esta declaração de voto que explica os fundamentos do meu voto contra. -----*

*Fornos de Algodres, 14 de setembro de 2018 -----*

*A Vereadora -----*

*(Rita Isabel Almeida Silva)” -----*

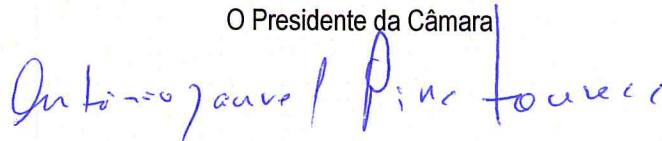
**A Câmara deliberou aprovar por maioria, com o voto contra da Senhora Vereadora Rita Isabel Almeida Silva, conforme declaração de voto apresentada -----**

**3 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA** -----

***A Câmara deliberou aprovar a ata em minuta na reunião seguinte*** -----

Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara



(António Manuel Pina Fonseca)

O Secretário



(Américo Oliveira Domingues)